



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
GERÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

HELISLAINE DE SOUZA ROCHA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da
rede pública estadual em Araguatins-TO**

**ARAGUATINS-TO
2021**

HELISLAINE DE SOUZA ROCHA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguatins-TO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Araguatins, como exigência para obter a graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^a Me. Lucinalva Ferreira

**ARAGUATINS-TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

R672e Rocha, Helislaine de Souza
Educação inclusiva : as dificuldades encontradas pelos
professores da rede pública estadual em Araguatins-TO / Helislaine
de Souza Rocha. – Araguatins, TO, 2021.
47 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências
Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Araguatins, Araguatins, TO, 2021.

Orientadora: Ma. Lucinalva Ferreira

1. Educação inclusiva. 2. Dificuldades. 3. Professores. I. Ferreira,
Lucinalva. II. Título.

CDD 570

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM ARAGUATINS-TO.**

AUTORA: **Helislaine de Souza Rocha**
ORIENTADORA: **Profª. Me. Lucinalva Ferreira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado (a) em 19 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Mendes de Menezes Junior, Servidor**, em 19/11/2021, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucinalva Ferreira, Servidora**, em 19/11/2021, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Josinete Araujo Costa, Servidora**, em 01/12/2021, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1452569** e o código CRC **3BA4F260**.

Dedico esse trabalho para meus amigos e familiares que contribuíram para minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por ter me dado forças e sustentação para chegar até onde estou, por me mostrar dia após dia, seu poder, amor e cuidado, sobre a minha vida.

A minha mãe, Daliane Cardoso, que não me deixa desistir, quando tudo fica em caos.

A minha orientadora, Lucinalva Ferreira, que ajudou com suas orientações e palavras, para o desenvolvimento e finalização desse trabalho.

Aos meus amigos e familiares que de alguma forma, contribuíram para conclusão da minha graduação.

“Depois de todas as tempestades e naufrágios, o que fica de mim e em mim é cada vez mais essencial e verdadeiro.”

Caio Fernando Abreu

RESUMO

Para entender os desafios e as dificuldades que os educadores possuem, em relação, a ação da educação inclusiva em suas escolas, primeiramente, carece de determinar um significado para esse processo inclusivo. Onde esse tipo de ensino é especializado e modelado para criação de uma educação que abranja e atenda qualquer tipo de necessidade que o estudante tenha, mas, para que isso se torne uma realidade, o docente e o restante da sociedade escolar devem estar prontos para incluir o aluno de modo que ele possa vivenciar seu período escolar de forma agradável, para conseguir fazer as atividades dadas a ele, e ao mesmo tempo essas tarefas devem obedecer as limitações de todos dentro da sala de aula. Dessa forma, como passo inicial, para criar uma educação de formato mais igualitário, é preciso saber as dificuldades dos professores ao lecionar para pessoas com deficiência. Por isso, o objetivo da pesquisa realizada foi investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece o ensino público em Araguatins-TO. A pesquisa ocorreu em cinco escolas estaduais, por meio da aplicação de questionários online, compartilhados por meio do grupo de WhatsApp de professores de cada Unidade Escolar da rede estadual. Após a coleta de dados da pesquisa, o projeto encontrou que as dificuldades que os mestres da educação enfrentam é a falta de conhecimento das práticas e formas de desenvolver uma educação inclusiva, que atenda às limitações de cada aluno.

Palavras-chaves: educação inclusiva; dificuldades; professores; escolas.

ABSTRACT

To understand the challenges and difficulties that educators have, in relation to the action of inclusive education in their schools, first, it is necessary to determine a meaning for this inclusive process. Where this type of teaching is specialized and modeled to create an education that covers and meets any type of need the student has, but for this to become a reality, the teacher and the rest of the school society must be ready to include the student so that he can experience his school period in a pleasant way, to be able to do the activities given to him, and at the same time these tasks must obey the limitations of everyone in the classroom. Thus, as an initial step, to create an education in a more egalitarian format, it is necessary to know the difficulties of teachers when teaching people with disabilities. Therefore, the objective of the research carried out was to investigate the difficulties encountered by teachers who work or have had some experience in teaching in the process of inclusive education in the state network that provides public education in Araguatins-TO. The research took place in five state schools, through the application of online questionnaires, shared through the WhatsApp group of teachers from each School Unit in the state network. After collecting research data, the project found that the difficulties that teachers of education face is the lack of knowledge of practices and ways to develop an inclusive education that meets the limitations of each student.

Keywords: inclusive education; difficulties; teachers; schools.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Definição de educação inclusiva.....	13
2.2	Histórico da educação inclusiva	14
2.3	Processo Inclusão X Processo Normalização.....	17
2.4	Benefícios da educação inclusiva	18
2.5	Papel do professor perante ao processo de educação inclusiva	20
2.6	Dificuldades encontradas pelos professores no processo da educação inclusiva.....	21
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	Tipo de pesquisa	24
3.2	O campo de pesquisa	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
4.1	Apresentação dos Dados.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ONLINE	42
	ANEXOS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo necessário para o ser humano adquirir conhecimentos, na qual a atuação de um professor torna-se uma peça fundamental para que isso aconteça. Neste, essa pessoa se transforma em um aluno com o intuito de aprender os saberes que são proporcionados pelo professor, e assim fazendo desse docente um dos responsáveis pela mudança da vida escolar e social de seus alunos.

Por isso, é necessário conhecer as dificuldades e possibilidades de cada discente para ensiná-los num formato que todos apreendam; assim incluí-los no ambiente escolar e dessa maneira gerar um meio de educação inclusiva em salas de aula regulares. No entanto, esse modelo de educação veio a ser discutida pela sociedade somente no século XX, com vários processos históricos resultando na criação de leis e documentos oficiais que abrangem a causa.

Dessa forma, Mrech em 2011, conta que a educação inclusiva nasceu oficialmente pela Lei Pública 94.142, nos Estados Unidos, em 1975. Entretanto, na contemporaneidade no país e no restante do mundo, existem projetos e programas que abraçam esse processo. Um exemplo é o Centre for Studies on Inclusive Education – CSIE, sendo um dos mais renomados centros de estudos do mundo sobre a temática, com sua sede em Bristol, onde se teve a criação dos principais documentos, o Provision for Children with Special Educational Needs in the Asia Region um dos mais importantes documentos da atualidade no assunto incluindo nele 16 países signatários.

Por outro lado, no Brasil não se ouvia falar sobre educação inclusiva nas escolas do país, apenas na década de 70 começou a ser discutida pelo governo a criação de instituições e órgãos que cuidariam desse assunto. Oficialmente só ganharia forças, com a Declaração de Salamanca de 1994; a Constituição de 1988 aprovada, e por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996. Podemos ver o exemplo dessas leis em vigor quando visualizamos a LDB com a lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que decreta no capítulo V o artigo 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido, a educação inclusiva configura-se quando proporcionamos que pessoas com necessidades especiais sejam integradas na rede de ensino regular de forma igualitária, visando maximizar seu potencial em âmbito escolar, sempre obedecendo suas limitações e melhorando sua convivência na comunidade onde ela reside.

Assim, o papel do professor nesse processo de inclusão torna-se algo indispensável na formação escolar das pessoas com Necessidades Especiais e Específicas (NEE), pois será responsável por direcionar todos os conhecimentos escolares a serem adquiridos. Para isso o docente deve somar seus conhecimentos com os modos e as práticas de trabalhar com esse público, conforme sua necessidade.

Portanto, para garantir os direitos aos discentes com algum tipo de deficiência, em relação à educação, de corporatura igualitária, é preciso conhecer as dificuldades dos docentes que atuarão com esse público. Por isso, a problemática dessa pesquisa que foi concretizada, é saber quais as dificuldades encontradas pelos professores da rede pública em Araguatins-TO na perspectiva da educação inclusiva.

Por conseguinte, segundo Villela (2015), com o levantamento do IBGE de 2015, o Brasil tem 6,2% de sua população formada por pessoas que possui algum tipo de deficiência e para cada pessoa existe o direito à educação para todos como rege na Constituição Federal de 1988, no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Como é possível notar, de acordo com a Constituição Federal, todos os cidadãos brasileiros tem direito à educação seja com NEE ou não. Para que essas pessoas sejam amparadas nos termos da lei, os professores precisam expressar suas dificuldades para que a inclusão aconteça de fato. Acredita-se que através

desse trabalho foi possível discutir a necessidade de espaços nos quais os professores possam relatar suas dificuldades no processo de educação inclusiva e assim discutir as possibilidades de melhoria em suas práticas.

Isto posto, esse trabalho teve como objetivo investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência de docência em educação inclusiva da rede estadual em Araguatins-TO. Com o andamento da pesquisa foi possível estudar o histórico e processos abrangedores da educação inclusiva além de discutir sobre os benefícios desse tipo de educação, o papel dos professores e sua relação com os alunos, perante à educação inclusiva; e identificar as dificuldades que os professores encontram no processo de inclusão dos alunos NEE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição de educação inclusiva

A educação inclusiva baseia-se em uma educação para todos, na qual atenda qualquer tipo de dificuldade que o aluno tenha, seja ela: física, mental, auditiva, visual ou qualquer outra limitação. Ferreira e Bozzo trazem a definição da palavra inclusão e discutem a importância de que o processo seja discutido.

A palavra incluir significa abranger, compreender, somar e é nisso que deve se pensar quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência, é trazer para perto, dar a ela o direito de ter as mesmas experiências, é aceitar o diferente e também aprender com ele. É importante se discutir esse assunto, pois a inclusão é um direito garantido por lei a todas as pessoas com algum tipo de deficiência e incluir crianças deficientes mais do que cumprir uma lei é permitir que ela se insira na sociedade em que mais tarde precisará conviver, é não a deixar alienada e despreparada para uma realidade que também é sua. (FERREIRA; BOZZO, 2009, p. 03).

Podemos ver que esse tipo de ensino é para todos, portanto, a Constituição Federal de 1988, reza que todos os cidadãos têm seus direitos e deveres iguais e garantidos por lei, por conta disso a ideia principal da educação inclusiva é investir num ensino que proporciona uma sociedade que tem como objetivo de acolher todos os alunos de forma justa, isso é observado quando Carneiro argumenta que

Diante deste panorama, a concepção de educação inclusiva tem se fortalecido no sentido de que a escola tem que se abrir para a diversidade, acolhê-la, respeitá-la e, acima de tudo, valorizá-la como elemento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e justa. Essa concepção pressupõe que a escola busque caminhos para se re-organizar de forma a atender todos os alunos, inclusive os com deficiência, cumprindo seu papel social. Espera-se da escola inclusiva competência para desenvolver processos de ensino e aprendizagem capazes de oferecer aos alunos com deficiência condições de desenvolvimento acadêmico que os coloque, de forma equitativa, em condições de acessarem oportunidades iguais no mercado de trabalho e na vida (CARNEIRO, 2012, p. 04).

Com isso, essa concepção de educação inclusiva, busca orientação para as escolas abrangerem todos os seus discentes de um modo justo para que eles possam desenvolver da forma correta os processos da aprendizagem propostos em sala de aula. Se espera que a escola inclusiva busque desenvolver ensinamentos que sejam capazes de formar currículos acadêmicos iguais para os estudantes com deficiência, para proporcionar a eles o acesso de oportunidades iguais, em

relação, ao mercado de trabalho e a vida social.

Nesse sentido, Aguiar e Duarte explicam os fatores dependentes para implantação do termo educação inclusiva em âmbito escolar:

Como diz Mazzotta (1993), a implantação da educação inclusiva no ensino regular depende não só da boa vontade da sociedade civil, mas também da política de nossos governantes. E, na esfera política, tem-se visto, por várias vezes, que projetos são interrompidos, sem uma reflexão crítica sobre os mesmos, em decorrência das mudanças no governo. Não se pode esquecer que melhorar o nível de ensino é um esforço que, às vezes, demora décadas, requer treinamento contínuo de professores e o envolvimento das famílias e da comunidade, além da implementação das mudanças curriculares que devem ser feitas de forma processual, responsável e devem estar sempre muito bem fundamentadas. (AGUIAR; DUARTE, 2005, p.15).

Seguindo esse raciocínio, é possível dizer que, o termo educação inclusiva implantada em escolas regulares depende da implementação de políticas públicas, pois, nota-se que muitos projetos nessa área são negados ou interrompidos, por não estabelecerem uma visão crítica sobre eles, por serem política de governos e não de estado.

Logo, citam-se como propostas a formação dos educadores, de acordo com as limitações de seus alunos; o envolvimento da sociedade nas atividades e tarefas ofertadas pelas escolas regulares aos alunos com deficiência; estrutura física das escolas, adaptações nos currículos escolares que devem obedecer os níveis de dificuldade dos alunos matriculados. São todas ações de longo tempo e que demandam mudança de atitudes, o que nem sempre são atendidas.

Por conseguinte, a ideia do conceito da educação inclusiva que se tem em documentos governamentais fica explícita quando a Declaração de Salamanca declara que a: “Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas.” (BRASIL, 1994, p.05). Portanto, fica claro que o modo de ensino inclusivo é eficiente para o levantamento de uma sociedade escolar que visa a solidariedade entre todos os alunos matriculados.

2.2 Histórico da educação inclusiva

A pessoa com deficiência já enfrentou e venceu muitos obstáculos, levando em conta que sua trajetória histórica foram muitos, até que o processo de educação

inclusiva pudesse entrar em vigor. Desde o começo da humanidade, essas pessoas eram vistas como um castigo de Deus ao nascerem, e por conta de sua deficiência, seus familiares á deixavam em penhascos ou em lugares, onde viravam comida pra ursos ou lobos. Pode-se ver isso quando Araújo juntamente com Nunes, Saia e Tavares, ressaltam que:

Na antiguidade, assim como através dos séculos da era cristã (como na Inquisição e na luta eugenista), as pessoas com deficiência foram objeto de eliminação direta ou indireta, ora em função de sua “inutilidade funcional”, ora porque eram consideradas manifestação do demônio ou de castigo divino (ARAÚJO, 2010 apud NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p.01).

Embora a sobrevivência, dessas pessoas fossem impedidas, com o passar do tempo tiveram a chance da adaptação de acordo com sua deficiência, graças aos senhores feudais os quais buscavam a readaptação das mesmas em casas de assistências. Já na Idade Média, foi criado um código para ser possível que pessoas com deficiências auditivas pudessem ler e escrever, é possível ter uma noção disso na citação abaixo.

Por outro lado, com o passar do tempo, os povos das mais diversas nações passaram a praticar o assistencialismo ou a promover a readaptação da pessoa com deficiência. O Cristianismo, ainda na Idade Média, interferiu na forma de tratamento dessas pessoas, as quais passaram a ser amparadas em casas de assistência mantidas pelos senhores feudais (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 01).

À vista desisto, a partir do século XIX, foi criado a forma de escrita para pessoas com deficiências visuais, nomeada de Braile, na qual, é usado até os dias de hoje. Nesse mesmo século, surgiu o primeiro instituto de educação de pessoas com deficiências visuais do Brasil, que se chamava Imperial Instituto dos Meninos Cegos, onde promovia o ensino primário e o ensino secundário para pessoas cegas. No entanto, apenas no século XX, começou-se a perceber que a inclusão deveria acontecer de forma ativa na sociedade; quando iniciaram as matrículas em escolas regulares, dando o primeiro passo pra uma educação que abrange todos. Para Rogalski, a história da educação inclusiva começa:

Com os movimentos internacionais surge a educação inclusiva, ainda mesmo sem ter essa denominação essa consciência (que hoje impera), começou a se fortalecer em diversos pontos do mundo como, Estados Unidos, Europa e a parte inglesa do Canadá. O movimento cresceu, ganhou muitos adeptos em progressão geométrica como resultados de vários

fatores, entre eles, o desdobramento de um fenômeno que se caracterizou a fase Pós-Segunda Guerra Mundial. Feridos da guerra se tornaram deficientes. Uma vez reabilitados, voltariam a produzir (ROGALSKI, 2010, p.06).

No sentido, o término da segunda guerra mundial, deixou muitos soldados sobreviventes ficaram com sequelas, tornando-se deficientes, por consequência, levou os mesmos a lutarem para serem produtivos de alguma forma. Mas, somente foi possível quando estes aprenderam uma nova profissão, dessa forma, tiveram que voltar a estudar criando assim a necessidade de uma educação inclusiva.

Apesar dos movimentos em relação ao processo inclusivo já acontecerem por algum tempo, este, cresceu sua população depois da segunda guerra mundial. Tais movimentos eram formados principalmente por pais de pessoas com deficiência que buscavam uma melhor qualidade de ensino para seus filhos especiais e assim fazendo com que o estado tivesse a obrigatoriedade de criar de uma lei que abrangesse a causa, em relação a isso Sá afirma que:

A educação Inclusiva, que vem sendo divulgada por meio de Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos, quando a lei pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (SÁ, 2016, p.13).

Já no Brasil, esse tipo de educação ganha forças nos anos 70, quando algumas escolas aceitam pessoas com deficiências com capacidade de acompanhar o ritmo de seus ensinamentos, a estudarem em salas de aula regulares. Já oficialmente, o processo de educação inclusiva é visado a partir da aprovação da Constituição Federal em 1988 e da LDBEN em 1996. Uma das leis brasileiras mais atuais existentes, é a lei da inclusão de nº 13.146, de 2015, onde tem como objetivo: “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015, cap.01, Art. 1º).

Entretanto a visão histórica de alunos com NEE em escolas regulares é vista como uma luta invisível no cenário brasileiro, contudo, isso não é justificativa para separar ou excluir esses estudantes com deficiência de suas salas de aula tradicionais. É visível que o Brasil tem 5564 municípios, e as escolas públicas e regulares, que possui condições adequadas para atender esses alunos estão localizadas em cidades com um bom desenvolvimento, por consequência, o acesso

ao ensino de muitas dessas pessoas se torna muito difícil, atualmente em área brasileira.

2.3 Processo Inclusão X Processo Normalização

Existem muitas formas de representar uma pessoa com deficiência de forma mais agradável, buscando normalizar sua integração dentro da sociedade, por consequência, a educação é vista como um processo de normalização que necessita de supervisão para que as desigualdades sejam escondidas com um conjunto de entendimento dessas diferenças para que se tornem normais dentro das escolas. Levando em consideração esse pensamento, Lunardi afirma que:

Essas representações de dão a partir de diferentes eufemismos: deficiente auditivo, incapacitado, portador de necessidades educativas especiais, anormal, doente. Para tanto, a educação desses sujeitos é analisada como uma prática de normalização e de controle social, em que as diferenças são disfarçadas, mascaradas e obscurecidas por um conjunto de acepções que entendem as políticas de diferenças culturais como pluralidades e diversidades. Esses eufemismos acabam encobrendo e legitimando estratégias conservadoras em que a referência torna-se sempre a norma, o ideal. (LUNARDI, 2001, p.04).

Com isso, o âmbito escolar se resumiu em formas de práticas e modalidades de ensino que possa atender sua estrutura educacional inclusiva, a qual é vista como um formato para que a escola possa se tornar um ambiente em que todos participem e realizem das atividades repassadas, de modo igualitário. Sobre esse sistema de inclusão nas escolas, Mantoan cita:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. (MANTOAN, 2003, p.12).

Assim, na mudança de paradigmas educacionais pode-se dizer que o processo de inclusão dependeu do processo de normalização, pois para que se tenham crianças com deficiência no ensino regular, com as mesmas oportunidades que seus colegas, primeiro é necessário normalizar sua presença na sociedade na qual ela vive para assim poder inclui-la na escola.

Nesse sentido, Omote afirma que esses temos são iguais, pois buscam uma sociedade igualitária para todos os cidadãos independente das questões pessoais de cada um.

Qualquer que seja o nome utilizado – normalização, integração ou inclusão – na realidade, o que se pretende é, certamente, construir uma sociedade capaz de oferecer a todos os seus cidadãos condições de existência plena e digna, independentemente de suas posses, antecedentes culturais e étnicos, credo religioso, ideologia, idade e gênero, condições incapacitadoras, etc. (OMOTE, 1999, p. 09).

Destarte, incluir é ensinar as crianças juntas, mesmo tendo seu desenvolvimento diferente e não lecionar em classes regulares sem um acompanhamento do professor especializado. Para o conceito desse processo, Mrech afirma que:

O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto (MRECH, 2011, p.01).

Quanto à normalização, o aluno com deficiência matriculado em uma escola regular não terá nenhum atendimento especial, precisa provar que merece permanecer em uma classe comum. Para Mrech, esse processo:

[...] diz respeito a uma colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Neste caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da área de educação especial. Os estudantes do processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum (MRECH, 2011, p.01).

Contudo baseado nessa ideia, conclui-se que a inclusão busca entender as dificuldades dos alunos com necessidades especiais para então incluí-lo no ensino regular. Já a normalização ao contrário, este aluno precisa provar que é capaz para pertencer a esse tipo de ensino.

2.4 Benefícios da educação inclusiva

A aceitação do processo da educação inclusiva em escolas regulares pode ser apresentada, muitas vezes, como um trajeto de ensino com caminhos fechados,

no entanto, traz vários benefícios para o professor e seus alunos no processo de incluir os alunos com NEE nas salas de aula regulares. Vantagens essas visualizadas quando Sampaio e Sampaio citam:

[...] o “professor inclusivo” e seus alunos podem se beneficiar de um diagnóstico percebido sempre como uma necessidade imperiosa para que possam lidar com crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem acentuada ou comportamento muito agressivo. Aqui elas se afastam da ideia do diagnóstico como confirmação de impossibilidades de atuar no plano pedagógico com crianças deficientes intelectuais e mostram compreender um uso adequado desta ferramenta, seja ela oriunda do conhecimento médico ou psicológico. Percebem que o objetivo para se obter informações sobre as dificuldades da criança deve ser o de abrir caminhos para a intervenção pedagógica, não para fechá-los (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p.98-99).

Dessa forma, tais benefícios beneficiam tanto o professor, quanto os discentes, quando a equipe multidisciplinar elabora o plano pedagógico que abrange vários conhecimentos, para compreender o uso adequado de práticas e materiais usados no ensino dessas crianças. Com isso, os estudantes com NEE sempre encontrarão seus caminhos abertos, perante a educação igualitária, o que será possível apenas quando são utilizadas as formas adequadas para ensinar seus alunos de acordo com a dificuldade que estes apresentem.

Nesse contexto, os resultados de uma pesquisa realizada por um grupo de estudantes universitários, em São Paulo, confirma os benefícios obtidos com a inclusão de pessoas deficientes em turmas regulares, conforme o trecho abaixo:

A convivência dos alunos com deficiência e sem deficiência foi entendida por entrevistadas dos dois grupos como benéfica para todos, permitindo aos primeiros o sentimento de pertinência e de aceitação no convívio diário. Eles ficavam mais felizes, segundo relato das professoras, na convivência com outras crianças, diferentemente do que ocorria nas escolas especializadas. (CROCHÍK; PEDROSSIAN; ANACHE; MENESES; LIMA, 2011, p.08).

Com isso, pode-se dizer que o convívio de estudantes com e sem deficiência, pode beneficiar uma turma toda, garantindo a permissão de conhecer e respeitar as diferenças dessas pessoas, através do convívio diário e da inclusão destas no ensino regular. Portanto, é possível visualizar que o processo de inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência em escolas consideradas normais, pode beneficiar para toda comunidade escolar, conforme quando Uhmman, faz a seguinte dedução:

É neste sentido que a inclusão em si exige, antes de mais nada, que todos acreditem que ela é importante e possível. Quando isso acontece, as relações pessoais de convívio e da relação pedagógica entre as professoras e os estudantes com e sem deficiências tornam-se mais satisfatórias, dando lugar às possibilidades. (UHMANN, 2014, p.86).

Desse modo, afirma-se que o processo de inclusão dá proveito ao espaço escolar, como o respeito em relação à diversidade humana. E o estudante com NEE ganha a oportunidade de melhorar seu comportamento social e aprender todos os ensinamentos escolares.

2.5 Papel do professor perante ao processo de educação inclusiva

Existem muitas indagações que contribuem no direito à escolarização de pessoas com necessidades educativas especiais com o poder de influenciar a formação de professores, para que este faça valer a inclusão escolar. Assim sendo, muitos acontecimentos vêm se realizando, como a nomeação de docentes especializados na área, em escolas regulares e a implantação das salas de recursos multifuncionais para melhorar a educação de alunos com NEE no ensino regular. Pensando nessas questões, Miranda e Filho mencionam que:

Tais questões atravessam o direito à escolarização, influenciam a formação do educador e trazem implicações para o processo de inclusão escolar que busca se fortalecer. Muitos movimentos vêm ocorrendo, desde a inserção de professores de Educação Especial nas escolas comuns, para apoio aos professores regentes, até a abertura de salas de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado. (MIRANDA; FILHO, 2012, p.19).

Com tantas mudanças ocorridas, a lei também teve suas adaptações, na qual é visada a Declaração de Salamanca, que se trata do documento das nações unidas, tendo como zelo as regras das oportunidades oferecidas a pessoas com deficiências, onde ela define o processo de inclusão sendo um desenvolvimento no qual a educação passa para poder proporcionar aos alunos que sejam educados juntos sendo estes deficientes ou não. Nota-se isso quando encontramos nessa declaração a seguinte afirmação:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos,

reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (BRASIL, 1994, p.01).

Consequentemente, para que as pessoas com necessidades especiais tenham garantidas as oportunidades mencionadas nesta declaração, é de suma importância que a presença de educadores que os incentivem a lutar pela sua igualdade e por seus sonhos dentro da rede de ensino.

Portanto, o papel do professor é crer nos avanços de cada aluno, não só nos considerados normais, mas, sim no crescimento de todos, proporcionando assim uma escola que abraça a educação inclusiva. No entanto, às vezes para o docente, o processo da educação inclusiva é algo novo e que necessita ser analisado com cuidado para que se evite constrangimentos no processo de inclusão junto à turma regular. Então, Marques e Marcotti apresentam a insegurança docente quando afirma que:

Contudo se a educação é para todos, tivemos um aumento significativo nas salas de aulas de alunos com algum tipo de deficiência, fazendo com que o professor tivesse que rever suas práticas, causando medo, insegurança e até mesmo preconceitos. Para eliminar esses problemas perante aos professores, precisam obter conhecimentos sobre assunto, buscando ter uma formação completa e abrangente (MARQUES; MARCOTTI, 2017, p.02).

Dessa forma, para atuar com mais segurança é necessário que o professor conheça e adote estratégias capazes de realizar com sucesso o processo de inclusão em salas de aula regulares como, qualificação através de cursos e palestras; inserir atividades em que todos possam participar; e proporcionar atividades nas quais os alunos atuem em grupos. Dessa forma, trabalha-se o respeito entre os estudantes, em relação às diferenças de cada discente.

Dessa maneira, com a formação continuada em educação inclusiva, é possível professores mais confiantes para minimizar os desafios encontrados ao atuar com as NEE dos alunos, sendo capaz de estimulá-los a realizarem as atividades propostas, respeitando a igualdade perante aos colegas.

2.6 Dificuldades encontradas pelos professores no processo da educação

inclusiva

O processo de inclusão de estudantes com deficiência em salas de aula regulares produz novos desafios, que se juntam com as dificuldades existentes na forma de educação atual, e, por consequência, aprova o pensamento de que é preciso realizar mudanças, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino dado para todos. Se pode ver tal pensamento quando Sant'Ana, afirma que:

[...] a inclusão desse alunado em classes comuns gera novas circunstâncias e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual, e, por conseguinte, ratifica a idéia de que profundas modificações devem ser realizadas a fim de melhorar a qualidade da educação, seja para educandos sem seja com algum tipo de deficiência. (SANT'ANA, 2005, p.07).

É indiscutível que cada vez mais cresce o número de crianças com NEE nas salas de ensino regular e com o aparecimento de desafios, muitos dos professores ressaltam que não se encontram preparados para lecionar aos alunos com deficiência, por não possuírem formação na área. Sobre as dificuldades relacionadas à formação de professores na área da educação especial Rosa e Papi dizem que:

[...] os professores muitas vezes não são formados em uma perspectiva multicultural que lhes dê subsídios para contextualizar conhecimentos e entender as influências sociais, políticas e culturais que a escola sofre e que afetam seu trabalho. O desconhecimento desses elementos dificulta o entendimento de situações de ensino complexas como as que envolvem a diversidade existente em sala de aula. (GARCÍA, 1999 apud ROSA; PAPI, 2017, p. 06).

Outro fator característico das dificuldades dos docentes nesse processo é a superlotação das salas de aula, o que não lhes favorece realizar uma aula de qualidade, principalmente àqueles alunos com alguma NEE, uma vez que terão não terá condições e nem tempo para o atendimento diferenciado.

Nesse sentido, Konkel, Andrade e Kosvosk destacam como dificuldades encontradas pelos professores diante do processo de educação inclusiva:

[...] a falta de formação, o despreparo, a falta de recursos, deslocando o problema para o aluno. Contata-se que a educação inclusiva tem trazido inquietações, insegurança e um desafio para os professores que se percebem despreparados para atuar com alunos incluídos. (KONKEL; ANDRADE; KOSVOSK, 2015, p. 01).

Portanto, conclui-se que uma escola possuinte das dificuldades citadas acima não tem condições de receber alunos com necessidades especiais e assim contribuirá para uma sociedade escolar que desconhece o termo inclusão, ocasionando o aumento, possivelmente, de preconceito na sociedade em geral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

A referida pesquisa é do tipo exploratória e serviu para compreender as respostas dadas pelos professores participantes sobre suas dificuldades no processo da educação inclusiva. Esta categoria de pesquisa procura explorar os detalhes dos problemas da pesquisa, visando expor e discutir dados. Assim, pode-se conhecer os envolvimento dessa metodologia quando Gasque afirma que:

Em linhas gerais, a metodologia parece favorecer as pesquisas de natureza exploratória em que: (1) deseja-se gerar uma teoria, mais do que verificar; (2) deseja-se explicar um processo, ação ou interação; (3) se julga necessário um procedimento sistematizado passo a passo; (4) a pesquisa é orientada para dados. (GASQUE, 2007 p.30).

Nesse sentido, na execução dessa pesquisa foram aplicados questionários de forma on-line, direcionados aos professores que lecionam ou já lecionaram nas Unidades Escolares da rede estadual, em Araguatins-TO. Esse modelo de questionário é chamado de questionário eletrônico, no qual gera uma necessidade de algum meio de comunicação para ocorrer sua aplicação. Tem vantagens tanto para o respondente, quanto para o pesquisador em sua pesquisa, como Vasconcellos- Guedes e Guedes citam:

As vantagens para o respondente dizem respeito, em geral, à rapidez do preenchimento, facilidade de leitura, atratividade propiciada pela interatividade e “limpeza” do questionário sem rasuras. Sob o ponto de vista do pesquisador, destaca-se o controle sobre o preenchimento incorreto do questionário (VASCONCELLOS- GUEDES; GUEDES, 2007, p. 07).

Portanto, foi utilizada ainda a pesquisa de forma quanti/qualitativas, na qual Araújo e Mugnaini descrevem seus objetivos:

Oferecer maior clareza de critérios no julgamento da pertinência do caminho percorrido pelos pesquisadores qualitativistas, desde o plano de pesquisa, passando pela coleta de dados, até a interpretação dos resultados. [...] Sendo assim, apresenta definições concernentes, um comparativo entre as metodologias quáli e quânti; finalizando com uma diversificada lista de elaborações conceituais, próprias dos vocabulários de cada método. (TURATO, 2005 apud ARAUJO; MUGNAINI, 2011, p. 02).

3.2 O campo de pesquisa

A pesquisa ocorreu nas escolas estaduais da cidade de Araguatins-TO, como critério para escolha utilizou-se todas da zona urbana. A população da pesquisa foram os professores que lecionam ou lecionaram a estudantes com qualquer tipo de NEE nas referidas escolas. A amostragem do projeto foi obtida por todos os 43 docentes que responderam ao questionário online, e foi alcançada a expectativa com sucesso de que no mínimo três professores de cada escola participassem da pesquisa.

Na tabela a seguir, constam os nomes das cinco escolas participantes, como os seus respectivos níveis e modalidades de ensino:

Quadro 01: Relação das escolas públicas participantes do projeto.

NOME DA ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO
Escola Est. Girassol De Tempo Integral Denise Gomide Amui	Ensino Médio
Escola Estadual Aldinar Gonçalves De Carvalho	Ensino Fundamental II
Escola Estadual Osvaldo Franco	Ensino Fundamental II; EJA
Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte	Ensino Fundamental II
Colégio Militar do Estado do Tocantins Unidade VI – (CPMTO)	Ensino Médio

Fonte: Dados da pesquisa

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As temáticas abordadas no questionário foram sobre a experiência com aluno com NEE; a formação na área da educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais; as dificuldades encontradas no processo da educação inclusiva; e as sugestões sobre o que pode ser realizado para evitar tais dificuldades no processo de inclusão. com um total de 43 retornos.

Com base na visão da pesquisa quanti/qualitativas foi elaborado um questionário online, para obter informações sobre as dificuldades que os professores que lecionaram ou lecionam encontram no processo de educação inclusiva.

Os recursos utilizados na pesquisa foram: o aplicativo disponibilizado pelo Play Store, chamado WhatsApp, que serviu como modo de compartilhamento do questionário da pesquisa; e o site do Jotform, empresa fundada e disponibilizada por Aytekin Tank, que ajudou na criação do questionário e na coleta das respostas fornecidas pelos docentes participantes na pesquisa. Estes foram escolhidos por conta da agilidade e facilidade nas funções de criação e compartilhamento do questionário, para o andamento da aplicação desta pesquisa.

Assim, para que ocorresse o compartilhamento do questionário de modo online, foi utilizado o uso dos recursos do aplicativo WhatsApp, da Play Store, onde Kaieski, Grings e Fetter afirmam que:

O WhatsApp é um aplicativo para dispositivos móveis, o que possibilita uma forma de comunicação instantânea. [...] O WhatsApp Messenger é um aplicativo de mensagens multiplataforma lançado em 2009, que rapidamente se popularizou principalmente nos últimos anos. (KAIESKI; GRINGS; FETTER, 2015, p.02-04).

Assim, o compartilhamento de dados foi realizado com envio de mensagens nos grupos de professores das referidas escolas, utilizando o aplicativo, para que estes tivessem a praticidade em responder o questionário de qualquer lugar com acesso à internet e de que o link chegasse ao número máximo de professores, contemplados nos critérios estabelecidos.

Em relação ao questionário disponibilizado pela empresa do Jotform, Delfino afirma que:

O JotForm é uma ferramenta de criação de formulários criada em 2006 por Aytekin Tank que permite a criação e gestão de formulários. [...] O JotForm

é uma plataforma de criação e gestão de formulários que não permite a criação ou importação de listas de contactos e, por esse motivo, não permite automação de envios dos formulários. No entanto, a plataforma oferece a funcionalidade de e-mails de confirmação e autoresponders (e-mails automáticos de resposta) aos visitantes do formulário. (DELFINO, 2019, p.21-22).

O questionário contou com perguntas que ao final, conseguiram coletar informações sobre as dificuldades dos professores em atuar no processo inclusivo. A aplicação ocorreu durante o mês de setembro, esse período de tempo foi necessário para alcançar o maior número de professores possíveis.

Antes da coleta de dados, o *Campus Araguatins* elaborou o documento de autorização para realização da pesquisa nas Unidades Escolares.. A solicitação, foi entregue de forma presencial aos diretores das cinco escolas, após a anuência de todos, deu-se início à pesquisa. Os documentos assinados, estão representados nos anexos desse projeto.

Na sequencia foram realizadas visitas para apresentar aos diretores o questionário, e foi solicitado que compartilhassem o link do questionário online, no grupo de WhatsApp dos docentes das suas referidas escolas.

Após clicar no link do questionário, o participante era direcionado aos termos da pesquisa, onde deveria assinalar se concordava ou não em participar. Ao concordar, a autora do projeto obteve aprovação para utilizar os dados coletados para o desenvolvimento da referida pesquisa.

4.1 Apresentação dos Dados

Os resultados dos dados analisados serão descritos em forma de gráficos, tabelas e textos descritivos e discursivos. Com isso, foi usada a análise prescritiva dos dados e para a definição desse tipo de análise, Hoppen e Santos explicam que:

[...] é a utilização de ferramentas estatísticas (tanto de análise descritiva quanto preditiva), alinhadas à gestão de negócios, para gerar recomendações de ações a serem tomadas de forma automáticas ou semiautomáticas, com o fim de otimizar as estratégias adotadas. (HOPPEN; SANTOS, 2018, p. 01).

Assim, para proceder à análise, o questionário foi dividido em partes. Na primeira coletou-se todas as informações básicas sobre a pesquisa; a segunda parte trata-se do termo de acordo do projeto.

Na terceira parte, continham as quatro perguntas, visando coletar informações relacionadas à identificação do professor. A primeira questão versou sobre o perfil do informante, e com base nos dados recebidos, pode-se constatar, que 25 docentes eram do sexo feminino e 18 do sexo masculino. A segunda questão teve como objetivo saber em qual escola o educador trabalha, as respostas recebidas foram organizadas no quadro abaixo:

Quadro 02: Relação de professores por escola

NOME DA ESCOLA	QUANTIDADE DE PROFESSORES PARTICIPANTES
Escola Est. Girassol De Tempo Integral Denise Gomide Amui	13 docentes
Escola Estadual Aldinar Gonçalves De Carvalho	14 docentes
Escola Estadual Osvaldo Franco	03 docentes
Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte	03 docentes
Colégio Militar do Estado do Tocantins Unidade VI – (CMTO)	10 docentes

Fonte: Dados da pesquisa

Dando continuidade às interrogações, o terceiro quesito, serviu para conhecer a área de formação de cada um dos 43 educadores, onde foi possível observar como resultado no seguinte quadro:

Quadro 03: Relação da área de formação dos professores participantes

NOME DA ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE DE PROFESSORES PARTICIPANTS
Educação física	05 docentes
Matemática	07 docentes
Pedagogia	08 docentes
História	03 docentes
Letras/linguagem	07 docentes
Biologia	04 docentes

Geografia	02 docentes
Química	01 docente
Filosofia	01 docente
Libras	01 docente
Educação especial	04 docentes

Fonte: Dados da pesquisa

Já a última questão dessa parte, averigou quantos professores possuíam formação continuada relacionada à educação inclusiva, obteve-se como resultado que apenas seis possui alguma formação nesta área, logo percebe-se que eles correspondem apenas 14% dos professores da pesquisa.

Pode-se verificar a pouca presença de formação em educação inclusiva, por parte dos educadores, quando Santos conclui em sua pesquisa que:

A ausência de informações e discussões a respeito da educação especial e a educação inclusiva na formação dos professores ficou a desejar, impossibilitando que o professor pudesse realizar um ensino de qualidade respeitando e valorizando as diferenças existentes em uma sala de aula. (SANTOS, 2019, p.57).

Nesse sentido, de acordo com as respostas coletadas nessa terceira fase, pode-se notar a presença educadores do sexo feminino, e atuam na grande maioria, nas escolas: Escola Est. Girassol De Tempo Integral Denise Gomide Amui e a Escola Estadual Aldinar Goncalves De Carvalho. Também estão separados por uma diversidade de área de formação entre eles. No entanto, por outro lado, esses professores não possuem muito conhecimento ou acesso a cursos relacionados à educação inclusiva. Dessa forma, fica evidente que não se encontram capacitados para atuarem neste contexto.

A quarta parte do questionário foi composta por seis perguntas que visam obter informações sobre as dificuldades relatadas pelos participantes para atuarem no processo da educação inclusiva.

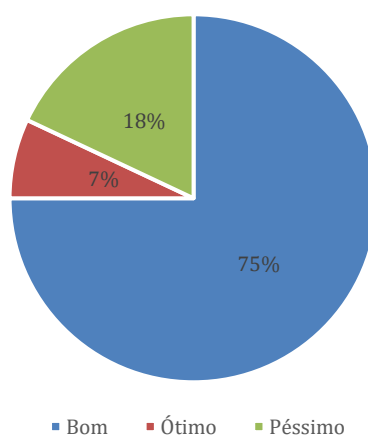
Na primeira pergunta dessa fase, arguiu sobre as dificuldades em trabalhar com alunos com NEE, onde 73% dos professores relataram que possuir dificuldades e apenas 27% deles afirmaram que não viam nenhum desafio nisso. Em hipótese da autoria, acredita-se que o grande número de docentes que encontram dificuldades, seja pelo fato de não possuírem especialização na área e de assistência adequada

para cada aluno com NEE, onde Chagas e Santos descrevem que:

[...] a falta de especialização na área da educação especial, faz com que muitos profissionais de ensino tenha uma visão equivocada dos alunos que apresentam deficiência intelectual, muitas vezes tornando-se discriminatórias. O fato é que os alunos são colocados na escola de ensino regular sem que tenham o acompanhamento especializado dos profissionais, que por sua vez deveriam estar aptos para auxiliá-los junto com a equipe técnica, dando assistência necessária, pois sem a formação adequada para os professores este acompanhamento torna-se impossível, causando assim um verdadeiro desafio diante das dificuldades que são identificadas nos alunos com deficiência intelectual. (CHAGAS; SANTOS, 2015, p.09).

O propósito da segunda indagação foi identificar o nível de conhecimento dos educadores, em relação, às práticas e formas de ensino para se tornar um bom docente na educação inclusiva. Nesse quesito, obteve-se um total de 75% que se julga ter um bom conhecimento, 18% falam que são péssimos e apenas 7% se acham ótimos nesse saber. Logo, se percebe que os professores se encontram com um bom índice de conhecimento das práticas e formas de ensino inclusivo. Acredita-se que eles conseguiram esse bom índice, através de palestras e cursos básicos que abrange esse saber disponível aos docentes. O resultado está representado no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Nível de conhecimento dos professores nas práticas de ensino da educação inclusiva.



Fonte: Dados da pesquisa

A terceira questão, averiguou os problemas enfrentados pelos professores devido à falta de recursos pedagógicos para atuarem nas salas regulares. Nesse quesito, 55% afirmaram que enfrentam problemas, enquanto 45% deles falaram que não. Visando a proximidade dessas percentagens, concluímos que temos problemas

com a falta de materiais, mas, não pode ser declarado com uma calamidade escolar. Acredita-se que a importância do uso adequado dos materiais para cada necessidade dos alunos, possa possibilitar um melhor entendimento dos saberes escolares a eles, assim gerando acessibilidade entre o ensino e o estudante, e atualmente os docentes lutam para isso acontecer, por meio de programas, plataformas e sites que ajudam no processo inclusivo e ao mesmo tempo online. É visível que falta de recursos impossibilita a acessibilidade aos educandos com NEE, como afirma Diniz:

Geralmente, as escolas privadas possuem recursos suficientes para a entender a proibição. Porém, quando se trata de escolas públicas, a questão não é a cobrança adicional, mas a falta de recursos governamentais para implantar os recursos de acessibilidade aos alunos especiais. E não há como proporcionar pleno desenvolvimento a alunos com algum tipo de deficiência sem a infraestrutura adequada. (DINIZ, 2020, p.01).

Prosseguindo, o quarto quesito, teve como objetivo identificar se o informante possui ou participa de alguma formação específica na área de NEE, mesmo que sejam cursos e palestras. Nesse sentido, observou-se que 57% responderam não tem e 43% manifestaram possuir alguma formação relacionada. Devido aos resultados obtidos, pode-se ver que muitos professores sofrem da falta de conhecimento das práticas de ensino inclusivo. Para Pletsch: “muitas vezes a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática pedagógica sensível às necessidades do aluno especial incluído.” (PLETSCH, 2009, p. 01).

Já a quinta pergunta baseou-se em compreender se os docentes viam dificuldade em lecionar para pessoas com NEE no ensino regular, devido à superlotação das salas de aula, Nesse sentido, um total de 68% afirmou que esse é um problema com isso, enquanto 32% afirmaram não veem como um desafio, é possível visualizar que quase um terço dos professores afirmam ter essa dificuldade, a mesma pode esta relacionada com a falta de formação continuada á educação inclusiva, relatada na quarta questão pelos professores participantes. Diante disso, Sant’Ana afirma que esse desafio é um dos principais na lista de problemas dos docentes no processo inclusivo, e dar indicações de como enfrentar ele.

As principais dificuldades indicadas para a realização da inclusão referiram-se à falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com alunos inseridos nas classes regulares. Como sugestões se destacaram: necessidade de orientação por equipe multidisciplinar, formação continuada, infra-estrutura e recursos pedagógicos adequados, experiência prévia junto a alunos com necessidades especiais, atitude positiva dos agentes, além de

apoio da família e da comunidade. (SANTA'ANA, 2005, p.01).

Quando questionados se possuíam outras dificuldades, na área da educação especial, não apresentadas pela pesquisadora, verificou-se que 22 (51%) professores comentaram que não. Os demais apresentaram diversas dificuldades para tornar o espaço escolar mais inclusivo, no qual as respostas recebidas estão representadas abaixo:

Quadro 04: Relação das respostas dadas dizendo outras dificuldades encontradas no processo inclusivo em suas escolas

NOME DA ESCOLA	RESPOSTAS DADAS PELOS PROFESSORES PARTICIPANTES
Escola Est. Girassol De Tempo Integral Denise Gomide Amui	• “falta de mais formação para os professores”; • “Diagnosticar o nível de aprendizado que se encontra o educando. Acredito que o professor deve em 1º lugar descobrir o que o educando sabe ou tem habilidades ou nível conhecimento para, depois, trabalhar na evolução. Minha maior dificuldade é realizar esse diagnóstico. Já aconteceu de eu gastar um semestre todo para se ter uma ideia de como fazer. Falta tempo. Falta apoio familiar. Falta TUDO. Aliás, geralmente, a família “joga” para a Escola se “virar”. Acredito que deveria existir uma aproximação maior ESCOLA x FAMILIA”.
Escola Estadual Aldinar Gonçalves De Carvalho	• Domínio de Libras”; • “Quantidade de alunos por turma / formação continuada na área”; • “Sim, a dificuldade maior são as salas superlotadas e falta de conhecimento didático para auxiliar o aluno com qualidade”; • “Sim, a falta de recursos humanos, pois muitos alunos, precisam de um acompanhante ao seu lado e a escola só possui um”; • “Sim. Falta recursos variados que contemple a necessidade de cada aluno atendido, a escola dispõe de recursos, mas ainda não é suficiente. Para esse ano 2021, estamos esperando uma verba do governo federal para compra de matérias variados que deverá auxiliar bastante no trabalho do AEE”; • “Muitas dificuldades, pois infelizmente no nosso país a Educação inclusiva está apenas na teoria e não possibilita preparação para estes alunos que têm uma imensa vontade de estudar e adquirir conhecimento”; • “Um grande obstáculo é a falta de empatia de alguns colegas de trabalho em relação aos alunos com necessidades especiais. Falta de empenho em elaborar atividades diferenciadas e muitas vezes falta de credibilidade na capacidade intelectual de nossos alunos. Sabemos que todos são capazes de aprender, cada um no seu ritmo e para que aconteça uma aprendizagem significativa é necessário um trabalho minucioso, específico e a longo prazo”; • “Ainda não sei lidar com alunos com baixa visão”; • “Recursos necessários para apoio de todos os alunos”.
Escola Estadual Osvaldo	• “Muitas, precisamos de formação que possibilitem a prática”.

Franco	
Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte	Não teve nenhuma resposta.
Colégio Militar do Estado do Tocantins Unidade VI – (CMTO)	• “Não saber lidar com as necessidades específicas”; • “A valorização e o respeito com o docente da educação especial”; • “Melhorar a estrutura física da UE”; • “Conhecimento suficiente para a deficiência do aluno”.

Fonte: Dados de pesquisa

Nessa quarta fase, com base nos dados dessa pesquisa, pode-se observar, que os professores encontram inúmeros desafios para incluir alunos com NEE em salas de aula regulares das escolas estaduais. Dentre os principais desafios citados, destacam-se: lecionar para estudantes com necessidades educacionais especiais; não serem ótimos para trabalhar com as práticas e formas de ensino inclusivo, devido a falta de formação nessa área da educação; falta de materiais pedagógicos para trabalhar com a educação inclusiva dentro de salas de aula regulares; falta de formação específica na área de NEE, como cursos e palestras abrangedoras; lecionar para alunos com deficiência incluídos no ensino regular, devido à superlotação das salas de aula; diagnosticar o nível de aprendizado que se encontra o educando, devido a falta de apoio da família do aluno dentro de sua vida escolar; falta do domínio da linguagem de libras; falta de conhecimento didático para auxiliar o aluno com qualidade; falta de recursos humanos, devido não ter um número significativo de acompanhante para os alunos que necessitam disso; falta da valorização e do respeito com o docente da educação especial; falta de melhoria da estrutura física da unidade escolar; falta de verba disponibilizada pelo governo federal, para comprar materiais pedagógicos que abrangem as necessidades dos alunos especiais; falta de empatia entre os colegas de trabalho em relação aos alunos com necessidades especiais; falta de empenho em elaborar atividades diferenciadas, de forma que todos participem das aulas; e a falta de credibilidade na capacidade intelectual de alunos com NEE.

Desse modo, chega-se à conclusão que o ensino inclusivo na rede estadual de Araguatins-TO encontra-se em um estado muito delicado, embora existam legislações que amparem a inclusão; ainda existem muitos obstáculos, conforme

relatados pelos integrantes dessa pesquisa. Por consequência disso, acredita-se que o conhecimento e rendimento dos estudantes com alguma NEE ainda não é o mínimo esperado em relação, aos dos seus colegas considerados “normais”, acredita-se que por ventura essas dificuldades fossem solucionadas, beneficiaria não só a pessoa com deficiência, mas todos os discentes da escola, nota-se isso, quando Joaquim faz o seguinte comentário: “Vayer e Roncin (1992) concluíram que a inclusão de ambos os grupos de crianças na educação pré-escolar facilita não só o desenvolvimento das crianças com deficiência mas também o das outras normais.” (JOAQUIM, 2016, p.78).

Assim sendo, dentre as dificuldades recorrentes na pesquisa citam-se: A falta de conhecimento das práticas e formas de ensinar no formato inclusivo, obedecendo às limitações de cada aluno, devido à inexistência ou pouca oferta e/ou procura em formação que abranjam a educação inclusiva.

Portanto, acredita-se que para mudar essa situação, é necessário que sejam proporcionados momentos de cursos e palestras nas referidas unidades escolares, e condições para que os educadores participem. Como tese, Pletsch comprova o que a formação deve atender para solucionar os obstáculos vistos na educação inclusiva:

[...] a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática. (PLETSCH, 2009, p.03).

A última parte desse questionário abriu espaço para que os participantes expressassem se a unidade escolar oferta formação continuada em educação inclusiva aos professores. Desses, 52% afirmaram que não, e apenas 48% confirmaram que são afetadas. Um dado preocupante, visto que a maioria não tem contato com formações que os auxiliem em atuarem com o público diverso, inclusive na área de NEE, o que em tese, prejudicando o processo de aprendizagem dos educandos com algum tipo de limitação.

Assim sendo, Konkel, Andrade e Kosvosk (2015), afirmam que a carência de formação e de recursos, traz muitos desafios e insegurança para a educação inclusiva, e os professores sentem na pele o despreparo para lecionar aos alunos incluídos. Dessa forma, a escola que possui tais dificuldades não tem qualidade em

abranger discentes com deficiência em sua ação escolar, desse modo, favorecendo o aumento de preconceito em âmbito social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa presente teve a função alcançada de afirmar a necessidade de conhecer as dificuldades dos professores em relação ao processo da educação inclusiva, para que aconteça de fato o melhoramento da aprendizagem dos estudantes com deficiência, pois esses educadores são os responsáveis de todos os saberes acadêmicos que os alunos com ou sem algum tipo de limitação possuem.

Dessa forma, ficou claro a importância de discutir com as comunidades escolares sobre os desafios que a inclusão traz para os docentes que atuam nas salas regulares, pois, com isso, a escola saberá de que modo devem colaborar para propiciar aulas que abranjam todos os estudantes de forma igualitária.

Portanto, torna-se necessário conhecer as dificuldades dos docentes no processo de incluir pessoas com necessidades especiais em suas aulas, pois, assim que os mesmos tiverem em mãos qual tipo de limitação essas pessoas possuem, eles não vão ter dificuldades na hora de formular praticas para inclui-los em todas as atividades do currículo.

Concluimos que com as respostas dadas no questionário, pelos docentes da rede estadual de ensino de Araguatins, as unidades estaduais da cidade poderiam ajudar os seus professores no processo de inclusão: fornecendo cursos e palestras de formação na área da educação inclusiva para professores; criando politicas publicas em parceria com as escolas; capacitando pessoas para ajudar os docentes na sala de aula que contem alunos com deficiência; ofertando gratuitamente cursos de braile e libras; e por fim, investindo em recursos didáticos que abrange o processo inclusivo.

Acredita-se que com esses feitos as escolas estaduais da cidade seriam aptas totalmente a receber qualquer aluno com ou sem deficiência, pois os educadores saberiam com lecionar de forma que todos sejam incluídos nas atividades educacionais do colégio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João S.; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**. Revista Bras. Ed. Esp., Marília, mai-ago. 2005, v.11, n.2, p.223-240. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rL3CHBMyYt5zQmjftwLswtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

ARAUJO, Jose R. C.; MUGNAINI, Rogério. **Aula 1: Métodos de pesquisa Quanti/Qualitativos**. Disciplinas da USP, São Paulo-SP, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2281872/mod_resource/content/1/PPT_Aula-13_Metodos-Quanti-e-Quali.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Atividade Legislativa**. Constituição Federal, Brasília-DF, art. 205, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20direito%20de%20todos,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Portal MEC, s. l., 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Presidência da República Secretaria – Geral, Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996**. Portal MEC, Brasília-DF, cap.V, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

CARNEIRO, Relma U. C.. **Educação inclusiva na educação infantil**. Praxis Educacional, s. l., 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124965/ISSN1809-0249-2012-08-12-81-95.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 abr. 2021

CHAGAS, Raimunda E. C.; SANTOS, Socorro R. R.. **Os desafios da formação docente para trabalhar os alunos que apresentam deficiência intelectual**. Universidade Federal Rural da Amazônia, Igarapé-Açu, 2015. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/727/1/Os%20desafios%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20docente%20para%20trabalhar%20os%20alunos%20que%20apresentam%20defici%C3%Aancia%20intelectual.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CROCHÍK, José L.; PEDROSSIAN, Dulce R. S.; ANACHE, Alexandra A.;

MENESES, Branca M.; LIMA, Maria F. E. M.. **Análise de atitudes de professoras do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.3, p. 565-582, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/h5zsRbtKBdyzDtGFSSWmBQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

DELFINO, Gonçalo R. S.. **Editor de Formulários do E-goi**. ISEP, Porto, 2019. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/14632/1/DM_GoncaloDelfino_2019_MEI.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

DINIZ, Yasmine. **Conheça os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular**. IMAGINIE EDUCAÇÃO, s.l., 2020. Disponível em: <https://educacao.imagine.com.br/os-desafios-da-inclusao-escolar-no-cotidiano-da-escola-regular/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FERREIRA, Michele M.; BOZZO, Fátima E. F.. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental**. Lins-SP, 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GASQUE, Kelley C. G. D.. **Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória**. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 83-118. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9610>. Acesso em: 04 nov. 2021.

HOPPEN, Joni; SANTOS, Marcos. **Análise descritiva, preditiva, prescritiva e cenarização: como gerar valor nos negócios**. AQUARELA, s.l., 2018. Disponível em: <https://www.aquarela.la/analise-descritiva-preditiva-prescritiva-e-cenarizacao/#:~:text=An%C3%A1lise%20descritiva%2C%20preditiva%2C%20prescritiva%20e%20cenariza%C3%A7%C3%A3o%3A,como%20gerar%20valor%20nos%20neg%C3%B3cios&text=A%20quantidade%20de%20dados%20gerados,serve%C3%A7os%20personalizados%20aos%20seus%20clientes..> Acesso em: 28 abr. 2021.

JOAQUIM, Ana P. S.. **A percepção de alunos sem necessidades educacionais especiais face à inclusão dos pares com perturbação do espectro do autismo no terceiro ciclo, do ensino básico**. Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5538/1/DM_Ana%20Paula%20Joaquim.pdf. Acesso em: 04 de nov. 2021.

KAIESKI, Naira; GRINGS, Jacques A.; FETTER, Shirlei A.. **Um estudo sobre as possibilidades pedagógicas de utilização do WhatsApp**. Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre-RS, v. 13, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/61411/36314>. Acesso em 15 out 2021.

KONKEL, Eliane N.; ANDRADE, Cleudane; KOSVOSK, Deysi M. C.. **As**

dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental. EDUCARE, Mafra-SC, 2015.

Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19144_8387.pdf.

Acesso em: 17 mar. 2021.

LUNARDI, Márcia L.. **Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda.** Editorial, s.l., n.18, 2001. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/5181/3176>. Acesso em: 13 out. 2021.

MANTOAN, Maria T. E.. **INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna, São Paulo-SP, 1ª ed., 2003. Disponível em:

<http://www.epsinfo.com.br/INCLUSAO-ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

MARQUES, Michele F.; MARCOTTI, Paulo. **Educação inclusiva: formação e prática docente.** Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 77-86, mar./jun. 2017. Disponível em:

<http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/484/530>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MIRANDA, Theresinha G.; FILHO, Teófilo A. G.. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** EDUFBA, Bahia, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12005>. Acesso em: 14 out 2021.

MRECH, Leny M.. **Diferenças entre o princípio da normalização e da inclusão.** Conexão Inclusão, Valparaíso de Goiás- GO, 2011. Disponível em:

<http://conexaoinclusao.blogspot.com/2011/07/diferencas-entre-o-principio-da.html#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20da%20normaliza%C3%A7%C3%A3o%20diz,da%20%C3%A1rea%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial>.

Acesso em: 28 abr. 2021.

NUNES, Sylvia S.; SAIA, Ana L.; TAVARES, Rosana E. Rosana. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família.** Seielo, Brasília-DF, v. 35, n. 4, outubro/dezembro de 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000401106&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 21 abr. 2021.

OMOTE, Sadao. **Normalização, integração, inclusão** Ponto de Vista, Marília-SP, v.1 n. 1, julho/dezembro de 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/download/1042/1524>.

Acesso em: 16 mar. 2021.

PLETSCH, Márcia D.. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** SciELO Brasil, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – Paraná, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2021.

RODRIGUES, David. **Educação e inclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva.** Summus editorial, São Paulo-SP, 2006. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt->

BR&lr=&id=SOfpNok80skC&oi=fnd&pg=PA15&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&ots=_h6lGeURcb&sig=plC4ZvsJlvc3EKQehhKE77qz9T8#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14 out. 2021.

ROGALSKI, Solange M.. **Histórico do surgimento da educação especial.** Revista de educação do IDEAU, Quatro Irmãos-RS, v. 5, n. 12, 2010. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/f6c2ec65b238d0bd435622272470b9dd168_1.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

ROSA, Kaira B., PAPI, Silmara O. G.. **Os professores e os desafios da inclusão de alunos com deficiência no ensino comum.** EDUCARE, Ponta Grossa (UEPG), 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24453_11921.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

SÁ, Marilene J. M.. **A Educação Inclusiva Do Aluno Com Síndrome De Down.** Universidade Candido Mendes Instituto a Vez do Mestre, Rio de Janeiro-RJ, 2016. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/53867.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S.M.R.. **Análise da inclusão na prática. In: Educação inclusiva: o professor mediando para a vida.** EDUFBA, Salvador-BA, pp. 75-143. ISBN 978-85-232-0915-5, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3hs/pdf/sampaio-9788523209155-06.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

SANT'ANA, Izabella M.. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p.227-234, mai./ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TGkrQ6M6vvXQqwjvLmTFrGw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Francisca F. N.. **Formação do professor na perspectiva da educação inclusiva:** contribuições da formação inicial e continuada. Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/153.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

UHMANN, Silvana M.. **Processos de inclusão de alunos com deficiência: concepções, desafios, interações e possibilidades numa realidade escolar.** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí – RS, 2014. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4975/Silvana%20Matos%20Uhmman.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 nov. 2021.

VASCONCELLOS-GUEDES, L.; GUEDES, L. F. A.. **E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica.** In: X SemeAd -Seminário em Administração FEA/USP, São

Paulo-SP, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luis-Guedes-5/publication/233852786_E-surveys_Vantagens_e_limitacoes_dos_questionarios_eletronicos_via_internet_no_contexto_da_pesquisa_cientifica/links/55b635b608ae9289a08aad62/E-surveys-Vantagens-e-limitacoes-dos-questionarios-eletronicos-via-internet-no-contexto-da-pesquisa-cientifica.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

VILLELA, Flávia. **IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência.** Agência Brasil, Rio de Janeiro-RJ, 2015. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia%3famp>. Acesso em: 12 mar. 2021.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ONLINE

BEM-VINDO SR(A) PROFESSOR (A)

A temática desse projeto é: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores no ensino estadual educacional público de Araguatins-TO e tem por objetivo é investigar as dificuldades encontradas pelos professores que lecionam ou já lecionaram para alunos com qualquer tipo de deficiência nas salas de aula regulares da rede que fornece o ensino estadual público em Araguatins-TO.

*Obrigatório

Ao aceitar o termo de compromisso desse questionário, o(a) sr(a). autoriza que suas respostas sejam utilizadas para a conclusão do projeto acima citado, realizado pela acadêmica Helislaine de Souza Rocha, sob a orientação da docente Lucinalva Ferreira, sendo, respectivamente, acadêmica e professora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do IFTO- Campus Araguatins. Ao concordar com os termos e condições presentes nesse questionário, o senhor professor(a) confirma que tem ou já teve alguma experiência em lecionar para alunos com deficiência em sua escola, e aceita os termos presentes no questionário.

() Eu aceito os termos e condições presentes nesse questionário.

A IDENTIFICAÇÃO DO SR. PROFESSOR

Seu nome:*

Nome da escola que leciona:*

Sua área de formação e/ou área de atuação na escola:*

Você possui alguma formação na área da educação especial? Se sim, qual?*

PERGUNTAS SOBRE AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE ARAGUATINS-TO

O(a) sr(a) encontra dificuldades em atuar com os educandos com Necessidades educacionais especiais? *

() Sim.

() Não.

Qual seu nível de conhecimento das práticas e formas de ensino para se tornar um bom docente na educação inclusiva? *

() Ótimo.

() Bom.

() Péssimo.

Na sua escola falta recursos pedagógicos disponibilizados aos docentes?

() Sim.

() Não.

Em sua escola, o sr. tem ou teve formação específica na área de NEE, como cursos e palestras? *

() Sim.

() Não.

O (a) sr(a) encontra dificuldades, em lecionar para pessoas com necessidades especiais incluídas no ensino regular, devido à superlotação das salas de aula da sua escola? *

() Sim.

() Não.

O Sr. Professor, encontra alguma outra dificuldade que não contemplada aqui? Se sim, qual? *

EXPRESSANDO SUA OPINIÃO..

Na sua opinião, que ação a prefeitura da cidade e a sua escola deveriam realizar para que as dificuldades, em relação ao processo de educação inclusiva no ensino público de Araguatins-TO fossem minimizados? *

Em sua escola, é ofertada aos professores formação continuada, em relação ao processo de incluir alunos com deficiência em salas de aula regulares? *

() Sim.

() Não.

HELISLAINE DE SOUZA ROCHA

helislaines@gmail.com | (63) 99961-5011

ANEXOS

23/08/2021 SEI/IFTO - 1386100 - Documento padrão



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins
Gerência do Ensino Superior e Pós-Graduação
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA ACADÊMICA

1. Ilmo Sr. Tenente Antônio Cláudio Pereira da Silva, Diretor do Colégio Militar Unidade VI, Araguatins-Tocantins.
2. Informamos que Helislaine de Souza Rocha, acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Campus Araguatins do IFTO, está desenvolvendo sua pesquisa de TCC intitulada : **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguatins-TO**, com o objetivo de "Investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece ensino público em Araguatins-TO."
3. Dessa forma, considerando que a acadêmica utilizará questionários online para coleta das informações, solicitamos autorização para que estes sejam respondidos pelos professores, bem como seu apoio na divulgação dos questionários entre o público alvo.
4. Certos de contarmos com vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Araguatins, 23 de agosto de 2021

Lucinalva Ferreira
PEBTT/ Campus Araguatins
Matrícula Suap : 1808243
Professor Orientador

*Antônio Cláudio Pereira da Silva - P.TEN. COA
Diretor de Unidade Escolar - CMTU-PAM
Mat. Func. 800846
Port. SAMP/OGP nº 152 de 16/03/2021*

seil
assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por Lucinalva Ferreira, Servidora, em 23/08/2021, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1386100 e o código CRC 4C2418C4.

Povoado Santa Teresa - KM 05, Zona Rural — CEP 77.950-000 Araguatins/TO — (63) 3474-4800
portal.ifto.edu.br — reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23233.015265/2021-15 SEI nº 1386100

https://sei.ifto.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1527432&infra_siste... 1/1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguaína
Coordenação de Licenciatura em Ciências Biológicas

SOLICITAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA

1. Ilmo Srº Juliano Laurindo Cardoso, diretor da Escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho, Araguaína-TO.
2. Informamos que **Helislaine de Souza Rocha**, acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Campus Araguaína do IFTO, está desenvolvendo sua pesquisa de TCC intitulada : **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguaína-TO**, com o objetivo de "Investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece ensino público em Araguaína-TO."
3. Dessa forma, considerando que a acadêmica utilizará questionários online para coleta das informações, solicitamos autorização para que estes sejam respondidos pelos professores, bem como seu apoio na divulgação dos questionários entre o público alvo.
4. Certos de contarmos com vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Araguaína, 31 de agosto de 2021.

Lucinalva Ferreira
PEBT/Campus Araguaína
Matrícula Suape : 1808243
Professora Orientadora

Juliano Laurindo Cardoso
Diretor
Metr. Func. 1033794-7
Metr. Aldinar G. de Carvalho
Port. SEDUC nº 523 de 13/03/2019



Documento assinado eletronicamente por **Lucinalva Ferreira, Servidora**, em 31/08/2021, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1393486** e o código CRC **45EFD10C**.

Povoado Santa Teresa - KM 05, Zona Rural — CEP 77.950-000 Araguaína/TO — (63) 3474-4800
portal.ifto.edu.br — reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23233.015265/2021-15

SEI nº 1393486

31/08/2021

SEI/IFTO - 1393499 - Documento padrão



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguaína
Direção de Ensino
Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA ACADÊMICA

1. Ilmo sr. Eliabe Antônio Miguel, diretor da Escola Estadual Osvaldo Franco, Araguaína-TO.
2. Informamos que **Helislaine de Souza Rocha**, acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Campus Araguaína do IFTO, está desenvolvendo sua pesquisa de TCC intitulada : **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguaína-TO**, com o objetivo de "Investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece ensino público em Araguaína-TO."
3. Dessa forma, considerando que a acadêmica utilizará questionários online para coleta das informações, solicitamos autorização para que estes sejam respondidos pelos professores, bem como seu apoio na divulgação dos questionários entre o público alvo.
4. Certos de contarmos com vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Araguaína, 31 de agosto de 2021.

Lucinalva Ferreira
PEBTT/Campus Araguaína
Matrícula Suape : 1808243
Professora Orientadora

EAS
Eliabe Antônio Miguel
Diretor de Unidade Escolar
Mat. Func. 1078437-1
Port. SEDUC/TO nº 132019



Documento assinado eletronicamente por **Lucinalva Ferreira, Servidora**, em 31/08/2021, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1393499** e o código CRC **25A68D4A**.

Povoado Santa Teresa - KM 05, Zona Rural — CEP 77.950-000 Araguaína/TO — (63) 3474-4800
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23233.015265/2021-15

SEI nº 1393499



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins
Direção de Ensino
Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA ACADÊMICA

1. Ilma Sra. Edilene Gomes da Costa diretora da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Denise Gomide Amui. Araguatins-TO.
2. Informamos que **Helislaine de Souza Rocha**, acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Campus Araguatins do IFTO, está desenvolvendo sua pesquisa de TCC intitulada : **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguatins-TO**, com o objetivo de "Investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece ensino público em Araguatins-TO."
3. Informamos que **Helislaine de Souza Rocha**, acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Campus Araguatins do IFTO, está desenvolvendo sua pesquisa de TCC intitulada : **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguatins-TO**, com o objetivo de "Investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece ensino público em Araguatins-TO."
4. Certos de contarmos com vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Araguatins, 31 de agosto de 2021.

Lucinalva Ferreira
PEBTT/Campus Araguatins
Matrícula Suape : 1808243
Professora Orientadora

Edilene Gomes da Costa
Diretora da Unidade Escolar
Mat. Func. 689245-4
Port. Seduc nº 623 de 13/03/2019



Documento assinado eletronicamente por **Lucinalva Ferreira, Servidora**, em 31/08/2021, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1393515** e o código CRC **E97AD3B6**.

Povoado Santa Teresa - KM 05, Zona Rural — CEP 77.950-000 Araguatins/TO — (63) 3474-4800
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23233.015265/2021-15

SEI nº 1393515

https://sei.iftto.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1535400&infra_siste... 1/2

23/08/2021

SEI/IFTO - 1386134 - Documento padrão



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins
Direção de Ensino
Gerência de Ensino Superior e Pós-Graduação
Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA ACADÊMICA

1. Ilma Srª Weslainy dos Santos Rodrigues, diretora do Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte. Araguatins-TO.
2. Informamos que **Helislaine de Souza Rocha**, acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Campus Araguatins do IFTO, está desenvolvendo sua pesquisa de TCC intitulada : **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades encontradas pelos professores da rede pública estadual em Araguatins-TO**, com o objetivo de "Investigar as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham ou já tiveram alguma experiência em lecionar no processo de educação inclusiva da rede estadual que fornece ensino público em Araguatins-TO."
3. Dessa forma, considerando que a acadêmica utilizará questionários online para coleta das informações, solicitamos autorização para que estes sejam respondidos pelos professores, bem como seu apoio na divulgação dos questionários entre o público alvo.
4. Certos de contarmos com vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Araguatins, 23 de agosto de 2021.

Lucinalva Ferreira
PEBTT/Campus Araguatins
Matrícula Suape : 1808243
Professora Orientadora



Documento assinado eletronicamente por **Lucinalva Ferreira, Servidora**, em 23/08/2021, às 22:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1386134** e o código CRC **76924C00**.

Povoado Santa Teresa - KM 05, Zona Rural — CEP 77.950-000 Araguatins/TO — (63) 3474-4800
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23233.015265/2021-15

SEI nº 1386134